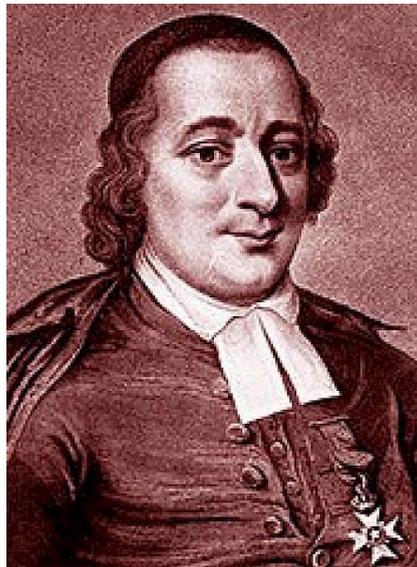


# O Ganho Nacional



**Anders Chydenius**

Tradução de João Robalo



## NOTA INTRODUTÓRIA

*O Ganho Nacional*, publicado em 1765, é a principal obra do pensador iluminista Anders Chydenius (1729-1803). O texto, publicado no mesmo ano em que, pela primeira vez, o autor é nomeado para o Parlamento Sueco, define o que este entende por ganho e perda de uma nação, ilustrando com vários exemplos diversas formas de aumentar ou diminuir o lucro nacional. É aqui explicado como o comércio internacional, a livre iniciativa e a colaboração entre indivíduos e nações são, para ele, factores essenciais à prosperidade geral.

Uma das particularidades da obra está representada no seguinte trecho:

*(...) cada indivíduo tenderá, por iniciativa própria, a procurar o local e a ocupação onde mais eficazmente possa aumentar o ganho nacional, desde que as leis não o impeçam de o fazer.*

*Toda a gente procura a própria vantagem. Essa inclinação é tão natural e necessária que todas as sociedades do mundo se alicerçam nela (...)*

Aqui, tal como noutras passagens do escrito, Chydenius transmite o conceito por detrás da famosa “mão invisível”, que advoga como a livre busca de cada indivíduo por aquilo que é o melhor para si conduzirá, naturalmente, ao melhor para toda a sociedade, onze anos antes de Adam Smith o ter popularizado na *Riqueza das Nações*.

Ao longo da obra, são elencados diversos exemplos onde a intervenção estatal, embora aparentando boas intenções, incorre em perdas para a nação, tais como a subsidiação de certas indústrias ou os apoios públicos às exportações. Sempre com base na vivência rural com os camponeses, demonstra a forma como leis restritivas e o excesso de regulação prejudicam principalmente os mais pobres, empurrando-os para a emigração ou para a miséria.

Olhando para alguns dos problemas que Portugal hoje enfrenta, pode dizer-se que a obra, mesmo com mais de 250 anos de existência, permanece, em muitos dos aspectos que aborda, bastante pertinente e actual.

A presente tradução, disponibilizada pelo Instituto Mais Liberdade, baseou-se na edição inglesa e recorreu, sempre que tal se revelou imperativo, também ao escrito original em sueco. Esteve a cargo de João Robalo e contou com a revisão de Pedro Almeida Jorge e a colaboração de Francisco Guerreiro.

## O GANHO NACIONAL

### § 1

Que cada nação procura o ganho como objectivo principal das suas regulações económicas e políticas é incontroverso. Porém, se considerarmos os meios que cada uma utilizou para atingir esse fim, podemos observar uma incrível variedade.

Todas competem entre si para assumir a dianteira, mas seguem diferentes rotas e usam velas bem distintas, apesar de todas estarem sujeitas virtualmente aos mesmos ventos.

Disputam entre si a posição de barlavento e usam tácticas náuticas específicas para se obstruírem mutuamente, mesmo tendo espaço e profundidade suficientes para navegar lado a lado. É como se ora um navio, ora outro, navegassem sem piloto nem timoneiro.

É inegável que se encontram aqui sob orientações distintas. Ou são suas bússolas defeituosas, ou as cartas náuticas imprecisas.

Um novo guia é aqui apresentado aos olhos do leitor. É bastante pequeno, para que qualquer pessoa possa levá-lo no bolso. É também original, diria eu, já que dificilmente estará de acordo com qualquer outro na Europa. Estou também em crer que é rigoroso, visto que tentei construí-lo com base na razão e na experiência. Começemos, então, por concordar nos termos a utilizar.

### § 2

Uma Nação é um largo conjunto de pessoas que se juntaram, sob protecção do Poder Soberano e com ajuda dos seus agentes, com o objectivo de garantirem o seu próprio bem-estar e o dos seus descendentes.

Os seres-humanos sentem-se bem quando estão na posse das suas necessidades e comodidades, que em linguagem corrente designamos por bens. Estes é a Natureza que os gera, mas nunca nos podem ser úteis sem trabalho.

Os nossos desejos são múltiplos, e nunca ninguém foi capaz de adquirir nem sequer as condições mínimas de vida sem ajuda de outrem, assim como dificilmente haverá Nação que não precise de nenhuma outra. O Todo-Poderoso criou a nossa espécie de forma a que devêssemos cooperar, pelo que qualquer

obstrução a essa entreatjada, dentro ou fora da Nação, será algo contrário à Natureza.

Quando trocamos estas mercadorias entre nós, referimo-nos a isso com o termo “comércio”, e os tipos de mercadorias que são geralmente desejadas e aceites são o ouro e a prata, cujas porções amoadadas, maiores ou menores, designamos por “dinheiro”, o qual se tornou a medida de valor para as restantes mercadorias.

Não há mercadoria que não possa ser convertida, através do comércio, numa porção desses metais, nem nenhuma poderá ser obtida sem eles na falta de outra mercadoria que interesse ao vendedor; a quantia de dinheiro que se tem de pagar pela mercadoria é o que chamamos valor.

A quantia pela qual o valor das mercadorias exportadas supera o das mercadorias importadas é justamente designada por ganho da nação, e a quantia pela qual o valor das mercadorias importadas ultrapassa o das mercadorias exportadas constituirá sempre a sua perda. No entanto, um prejuízo pequeno comparado com um maior é, em termos relativos, considerado um ganho; e, do mesmo modo, se um lucro menor é obtido quando um superior seria possível, designa-se por perda.

### § 3

Se fosse em todos os aspectos verdadeira a afirmação de que a Suécia, durante o ano passado de 1764, exportou mercadorias por aproximadamente 72 milhões de *daler*<sup>1</sup> de cobre, mas as importadas se quantificaram em não mais de 66 milhões, então o nosso ganho nacional nesse ano teria sido de 6 milhões de *daler*.

Da soma total das nossas exportações, o valor do ferro constitui cerca de dois terços, mas suponhamos que dentro de um século a exportação de ferro cairá para metade, devido à redução da floresta ou por outras razões, e que representará não mais de um terço das nossas exportações, enquanto outras, como cereais, mantimentos e madeira, serão exportadas no lugar da terça parte perdida pelo comércio de ferro. A minha questão é: assumindo que todas as outras mercadorias exportadas e importadas terão o mesmo valor que têm agora, o ganho nacional não se manterá então no mesmo nível? Ou, sendo as

---

<sup>1</sup> O *daler* era a moeda utilizada na Suécia até 1776. Na tradução inglesa, é por vezes utilizado o termo *dalerkmt*, que especifica as moedas que eram feitas de cobre. (Nota da tradução)

exportações de ferro, a uma certa altura, reduzidas num valor de seis milhões de *daler*, mas ficando retidos no reino os dez milhões que foram pagos aos estrangeiros, no ano passado, por cereais, não terá ficado a nação, no final, a lucrar quatro milhões com essa mudança?

Se imaginarmos um Estado que não possua nem agricultura, nem indústria mineira, nem mesmo pecuária ou transportes marítimos, mas apenas produzisse uma grande quantidade de vasos de barro ou argila que tivessem grande procura pela Europa fora e que, para além de assim ser abastecido de todas as suas necessidades, receberia também dois milhões em ouro e prata, não iriam estes dois milhões constituir, inegavelmente, o ganho dessa nação?

No entanto, se um terço dos habitantes dessa mesma nação, seguindo o exemplo de outras, abandonassem esta indústria e se tornassem agricultores, com intenção de obterem, por esse meio, pão para eles próprios e para os seus concidadãos acreditando que ganhariam mais dessa forma, mas os cereais produzidos acabassem por valer menos um milhão do que as anteriores produções desse mesmo terço, fica claro que dariam a ganhar à nação menos um milhão, ou, por outras palavras, incorreriam numa perda da mesma magnitude.

Isto torna óbvio que uma nação não ganha por se ocupar em múltiplos negócios, mas sim por se envolver nas indústrias que são mais lucrativas, ou seja, onde o mínimo de pessoas pode produzir mercadorias com o mais elevado valor.

#### § 4

A riqueza de um povo consiste, assim, na quantidade dos seus produtos, ou antes no seu valor; mas a quantidade de produtos depende de dois factores principais, nomeadamente o número de trabalhadores e a sua diligência. A Natureza produzirá ambos, se não lhe forem aplicadas restrições.

Porventura haveria o grande Mestre, que com flores adorna o vale e com relva e musgo cobre o alto cume da montanha, de expor tamanha falha nos seres humanos, a Sua obra-prima, de tal forma que estes fossem incapazes de povoar o globo com tantos habitantes quantos este pode sustentar? Seria impensável até para um pagão, mas para um Cristão seria mesmo blasfémia, tendo em conta

a própria palavra do Todo-Poderoso: “Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra”.<sup>2</sup>

Para o Homem caído, foi castigo o ter de viver pelo suor do seu rosto<sup>3</sup>, mas até isso estava tão previsto, que sua própria natureza aí o apoiou; não tendo mais ninguém a quem recorrer senão às próprias mãos, a necessidade a isso o obrigou; mas o peso da labuta foi atenuado pela ambição, à medida que o Homem percebeu que poderia, dessa forma, obter o que necessitava.

Caso algo esteja em falta, a culpa deve ser procurada nas leis da Nação, ainda que não propriamente nalgum defeito das leis em si, mas nos obstáculos que se colocam a que a Natureza siga o próprio curso.

Se tais leis tornam os cidadãos incapazes de se alimentarem a si e aos seus filhos, tanto eles como a sua descendência acabarão por morrer ou abandonar o país nativo. Quanto mais as leis permitirem que alguns vivam à conta do esforço de outros, e quantos mais obstáculos forem colocados a que esses outros se tornem capazes de se sustentar pelo seu labor, mais sufocada se verá a sua diligência, e a Nação só poderá reflectir o molde em que foi formada.

## § 5

Estabelecidas as considerações precedentes, é minha intenção erigir sobre elas a seguinte proposição, a saber, que cada indivíduo tenderá, por iniciativa própria, a procurar o local e a ocupação onde mais eficazmente possa aumentar o ganho nacional, desde que as leis não o impeçam de o fazer.

Toda a gente procura a própria vantagem. Essa inclinação é tão natural e necessária que todas as sociedades do mundo se alicerçam nela: de outra forma, leis, castigos ou recompensas nem sequer existiriam, e toda a Humanidade pereceria completamente num curto espaço de tempo. O trabalho de maior valor será sempre o mais bem pago, e o mais bem pago será também o mais ambicionado.

Enquanto eu conseguir produzir por seis *daler* diários numa dada indústria, não estarei muito disposto a passar para outra que me renda apenas quatro. Na primeira, o ganho, tanto para a Nação como para mim próprio, é um terço maior que na segunda.

---

<sup>2</sup> Génesis, 1:28. (Nota da tradução)

<sup>3</sup> Génesis, 3:19. (Nota da tradução)

Quando, portanto, alguém é obrigado ou induzido por subsídios públicos a trabalhar numa outra indústria que não aquela onde consegue os maiores ganhos – algo que de outra forma não acontece, assim como não se vêem comerciantes a vender o seu produto abaixo do preço corrente – isso vai inevitavelmente resultar numa perda para a Nação.

Se aquele para quem outra pessoa é obrigada a trabalhar ganha tanto quanto o trabalhador perdeu com tal mudança, então não será um ganho para a Nação; mas se ganhar mais, somente a diferença constitui um ganho para a Nação, e isto apesar de ter sido obtido pela opressão dos cidadãos.

Demonstra-se assim que, quando alguém faz determinada obra com o trabalho de outros, mas não lhes paga nem tem possibilidades de lhes pagar, sem com isso ter prejuízo, tanto quanto esses seus trabalhadores poderiam ganhar numa outra ocupação, o déficit nos seus salários deve constituir uma perda para a Nação.

## § 6

Por exemplo, se uma metalúrgica que produz anualmente 2000 *skeppund*<sup>4</sup> de ferro forjado tiver subordinada uma centena de camponeses, cada qual contratado para trabalhar 50 dias por ano para esta empreitada, mas por 1 *daler* de cobre a menos do que conseguiriam obter a trabalhar por conta própria ou noutra local, tudo isto para que a mercadoria exportada possa ser vendida no estrangeiro com alguma vantagem, fica claro que cada camponês perde assim 50 *daler* de cobre por ano ou, por outras palavras, produz bens cujo valor é inferior em 50 *daler* de cobre aos que produziria numa outra ocupação, e que isto irá constituir uma perda para a nação de 5000 *daler*.

Se a mesma metalúrgica tiver também subordinadas algumas centenas de camponeses que estejam obrigados a fornecer-lhe o carvão de que necessita para as suas operações, por exemplo 3500 vagões<sup>5</sup>, seja por uma quantia de *daler*

---

<sup>4</sup> O *skeppund* era uma antiga unidade de peso utilizada na Suécia e relacionada com a indústria naval. Equivalia a cerca de 170 kg e o nome significa, em inglês, *ship pound*. Não há termo em português que seja fiel ao original, pelo que se manteve o termo sueco. (Nota da tradução)

<sup>5</sup> Na versão inglesa seguida pela presente tradução, é usado o antigo termo sueco *stigar*, plural de *stig*, que era uma unidade sueca para medição do peso do carvão e que, de acordo com a regulação de 1739, equivale a um vagão mineiro cheio de carvão, ou seja, a cerca de 18 toneladas. (Nota da tradução)

previamente acordada ou por uma que o proprietário da produção esteja disposto a pagar, por exemplo 6 *daler* de cobre a menos por cada vagão do que os camponeses conseguiriam, nesse período, obter de outra forma – mesmo admitindo que o proprietário da produção não consegue pagar mais por esta mercadoria se quiser ser capaz de exportar o seu ferro com algum lucro e que os camponeses tivessem, ainda assim, durante o período de tempo que despenderam a produzir o carvão, conseguido compensar a perda em que incorrem em cada *stig*, nomeadamente através da produção de 21 000 *daler* de cobre em bens de agricultura, artesanato, tecelagem ou de qualquer outra área de negócio – é óbvio que a perda da nação aumentaria nessa mesma medida. Se, para além disso, adicionarmos a praticamente irreparável perda das melhores florestas do reino, que após algum tempo nos poderiam fornecer todo o tipo de madeiras, admitindo 10 carregamentos de acendalhas por cada grande vagão de carvão, seriam então necessários 35 000 carregamentos de madeira para os 2000 *skeppund* de ferro em barra, desde que o minério é extraído da mina até que o ferro é forjado em barras, os quais, contabilizados a 16 *öre*<sup>6</sup> por carregamento, aumentariam a perda da nação em 17 500 *daler* de cobre, dando assim origem a uma perda total de 43 500 *daler* de cobre.

Se esses 2000 *skeppund* fossem vendidos a um preço unitário médio de 6 *riksdaler-banco*<sup>7</sup> (excluindo o frete), e se, à taxa cambial de 80 marcos, com eles arrecadássemos 240 000 *daler* de cobre, resulta claro que bem mais de um quinto dessa soma constituiria uma perda para a Nação, ainda que toda essa quantidade fosse vendida aos estrangeiros.

## § 7

Ouro e prata são, de facto, os metais mais preciosos, mas daí não se pode concluir que estes aumentam sempre o ganho nacional, visto que têm de ser extraídos do subsolo. Todos os bens transacionáveis podem ser trocados pela quantidade desses metais que corresponda ao seu valor. E nunca um ducado é

---

<sup>6</sup> O *öre* era uma unidade monetária da Suécia na altura em que este documento foi escrito, valendo 1/32 *daler*. Hoje em dia, o termo *öre* é usado como unidade centesimal da coroa sueca. (Nota da tradução)

<sup>7</sup> O *riksdaler-banco* era uma nota emitida pelo Banco da Suécia. (Nota da tradução)

tão avermelhado que nem chegue para comprar algum pão<sup>8</sup>, como diziam nossos antepassados.

Não será necessário, porventura, ponderar se os 38 marcos<sup>9</sup> e 4 *lod*<sup>10</sup> de ouro e os 5464 marcos e meio *lod* de prata que foram produzidos entre o início de 1760 e o final de 1764 equivaleram à despesa e ao trabalho neles aplicados, juntamente com a renda fundiária de várias freguesias alocadas ao processo, entre outras coisas; ou se, muitas vezes, mais ouro e prata não poderiam ter sido importados a uma taxa de câmbio mais alta; se tal patriotismo e amor pelo ouro e prata suecos realmente aumentaram o ganho nacional, ou se devem simplesmente ser subsidiados na esperança de um maior rendimento no futuro?

Não serão também o descontentamento e a pobreza dos trabalhadores e camponeses que vivam na proximidade de uma metalúrgica, quando obrigados a trabalhar lá, demonstrações de perda para a nação e do seu desejo de usar o próprio tempo e energia naquilo que seria mais útil para eles e para o reino?

Não me refiro aqui às metalúrgicas que existem sem criar quaisquer problemas para os camponeses e trabalhadores; essas são activos tão valiosos para o reino como a agricultura, o comércio e as manufacturas.

## § 8

Disto resulta, naturalmente, que não será necessário que o Poder Soberano use legislação para transferir trabalhadores de uma ocupação para outra.

Contudo, quantos políticos se ocuparam deste assunto? Quase toda a Europa está empenhada em remover pessoas das suas ocupações, seja por coacção ou aliciamento, para depois as transferir para outras. Os políticos vangloriam-se por produzirem ganhos para a nação equivalentes ao valor da nova produção dessas pessoas, mas normalmente esquecem-se de que os

---

<sup>8</sup> Os ducados eram moedas antigas feitas com liga de ouro misturada com outros metais, nomeadamente prata. Nos últimos anos de circulação, a prata acabou substituída por cobre muito mais barato, o que segundo alguns era responsável pelo tom avermelhado dos ducados que tinham assim menos valor (ver mais informação em <https://goldducats.com/>). (Nota da tradução)

<sup>9</sup> A versão inglesa mantém o termo sueco *marker*, que é o plural de *mark*, unidade monetária que equivalia a 1/4 de *daler*. (Nota da tradução)

<sup>10</sup> De forma a alterar o mínimo possível o texto original, tal como feito na versão inglesa, manteve-se o termo *lod*, que é uma antiga unidade de peso sueca, e que corresponde a aproximadamente 13,3 gramas. (Nota da tradução)

trabalhadores ocupados dessa forma poderiam, sendo livres, produzir bens de valor igual ou superior na ocupação anterior, não havendo assim no primeiro caso qualquer ganho para a Nação e havendo mesmo, no segundo caso, uma perda.

Se dez homens, num certo negócio, produzem diariamente bens com um valor de 100 *daler*, mas a sua produção num outro não ultrapassa 80, fica claro que o trabalho dos dez homens no segundo negócio causa à Nação uma perda de 20 *daler* todos os dias. Caso esses dez homens tenham possibilidade de vender os seus produtos livremente ou possam, sem coacção, escolher quem os contrata, negociando o salário com quem conduz tais negócios, a diferença no que ganharão será sempre proporcionalmente a mesma, e escolherão infalivelmente o primeiro negócio, mais lucrativo tanto para eles como para a Nação.

Mas se os mesmos trabalhadores forem compelidos a escolher o outro negócio com rendimento 20 por cento inferior, então esses 20 por cento são perda para a Nação e para os mesmos. Quão desnecessárias não aparentam assim ser as leis nestes casos?

## § 9

Nem as ajudas à produção nem os prémios às exportações resistem ao teste de saber se aumentam ou promovem de alguma forma o ganho nacional.

Estes artifícios são amplamente utilizados pela Europa fora, especialmente em Inglaterra, mas em todo o lado aumentam, infalivelmente, as perdas dessas nações. As ajudas à produção são prejudiciais de uma forma muito simples, mas os incentivos às exportações são-no de duas maneiras.

Se existirem trabalhadores suficientes num negócio e as ajudas à produção forem ainda assim fornecidas, então demasiadas pessoas se mudarão de outros negócios para esse, levando a que se torne menos lucrativo, devido ao excesso de oferta dos bens produzidos. Tais incentivos vão provocar um défice de trabalhadores noutros negócios lucrativos e o Estado será penalizado por enriquecer determinados cidadãos em particular. Se as pessoas não aderem sem subsídios a um negócio estabelecido, é óbvio que este é menos lucrativo do que aqueles onde não há falta de trabalhadores.

Se o Estado compensar as perdas causadas aos trabalhadores e à Nação nesse negócio através de subsídios, haverá certamente quem a ele adira, mas o

seu trabalho estará em falta noutro negócio mais lucrativo. A quantia pela qual os valores das produções dos dois negócios diferem irá inquestionavelmente constituir uma perda para a Nação.

## § 10

No entanto, os apoios à exportação têm não só as desvantagens mencionadas anteriormente, mas também algumas bem mais sérias: os cidadãos são aqui taxados no dobro da quantia do apoio que é pago e entregam grande parte do mesmo aos estrangeiros, o que não pode deixar de preocupar quem quer que tenha o mínimo de sentido patriótico.

Um vendedor procura sempre o preço mais alto para a sua mercadoria. O dono aceita vendê-la a um estrangeiro por 6 *riksdaler*, por exemplo, mas recebe 2 *riksdaler* como subsídio pela exportação, obtendo então um total de 8 *riksdaler* pela mercadoria.

Se um sueco quiser comprar a mesma mercadoria, terá de pagar ao vendedor, indubitavelmente, o mesmo que ele recebe quando a vende ao estrangeiro, nomeadamente 8 *riksdaler*, pois, caso contrário, o vendedor vai achar que está a perder ao fazer a transacção.

O estrangeiro desfruta assim de um preço de compra que é 2 *riksdaler* mais barato devido aos apoios à exportação, enquanto um local é duplamente taxado, nomeadamente em 2 *riksdaler* para o fundo que visa reduzir o preço de compra ao estrangeiro, e em 2 *riksdaler* para que a venda interna compense ao vendedor.

Isto acaba também por permitir que o estrangeiro negocie os nossos produtos com bastante vantagem relativamente a nós. Estendendo o simples exemplo anterior: as manufacturas suecas que forem vendidas ao estrangeiro por 6 *riksdaler* poderão ser imediatamente revendidas a um sueco por 7<sup>1</sup>/<sub>2</sub> *riksdaler*, com um lucro de 25 por cento, que poderá assim comprar a mercadoria por menos 1/2 *riksdaler*, ou seja, por 8<sup>1</sup>/<sub>3</sub> por cento menos<sup>11</sup> do que na loja do fabricante, pelo que o estrangeiro nunca terá falta de compradores.

---

<sup>11</sup> 8<sup>1</sup>/<sub>3</sub> por cento menos: Chydenius comete um erro no cálculo das percentagens. Deveria ser 6.25 por cento. (Nota da tradução inglesa)

Se adicionarmos os  $33\frac{1}{3}$  por cento de vantagem do preço de compra do estrangeiro aos 25 por cento ganhos nas suas vendas, isto resultar-lhe-á num lucro de  $58\frac{1}{3}$  por cento<sup>12</sup>, unicamente devido aos apoios à exportação, o que nunca ocorreria nem seria possível de outra forma. E esta não é somente uma verdade demonstrada na teoria; é também algo que já foi provado na prática vezes sem conta.

Eu até podia revelar um pequeno plano de negócios capaz de fazer a Suécia ganhar alguns milhares através de alguns dos apoios estrangeiros às exportações, mas receio, com isso, despertar outras nações da sua letargia, que poderiam então procurar colmatar algumas das lacunas que, actualmente, sem aparecerem nos registos do comércio, na verdade reduzem o nosso défice.

Assim, espero sinceramente que os ingleses e outras nações não só mantenham os apoios às exportações, mas também que os aumentem significativamente em todas essas mercadorias que nos poderão ser vendidas, e que, enquanto isso, o nosso país procure, pelo contrário, livrar-se de semelhantes apoios, juntamente com os obstáculos que nos impedem de explorar, livre e activamente, os nossos vizinhos.

## § 11

Atrevo-me agora a ir mais longe e a afirmar que regulações que direccionem pessoas para determinadas ocupações são prejudiciais à nação e ao seu ganho: sinto-me obrigado a fazê-lo por aquilo que são, no meu ponto de vista, quatro razões de suprema importância.

Em toda a Europa, não existe ainda nenhum princípio firme que se possa seguir nesta questão da distribuição de trabalhadores, visto que tais regulações são por vezes adoptadas para promover um novo ofício ou tecnologia, outras vezes de forma a dar emprego a mais pessoas e ainda outras vezes de maneira a que um proprietário de uma fábrica de manufacturas obtenha um rendimento mais elevado por meio de salários mais baixos.

Em certos casos, isto faz-se de forma a tornar os nossos produtos exportáveis, noutros para suprir uma ou outra lacuna no seio do reino. Às vezes,

---

<sup>12</sup> *lucro de  $58\frac{1}{3}$  por cento*: Chydenius comete aqui outro erro quando adiciona 25 por cento aos  $33\frac{1}{3}$  por cento. Estas percentagens não podem ser somadas desta forma. (Nota da tradução inglesa)

o propósito de tais medidas é que os armadores locais possam ganhar com o transporte das nossas mercadorias e os trabalhadores nativos com os seus salários, outras vezes para obter ouro e prata para o país. Umhas vezes são desenhadas para prevenir as pessoas de emigrarem, outras vezes para restringir luxos. Numas ocasiões são consideradas necessárias para manter uma ordem adequada nos negócios, noutras são requeridas para impedir que os artesãos trabalhem em mais do que uma arte, com inúmeras outras razões.

Não estará em falta um sistema adequado nisto tudo? E não deverá uma casa construída com base em tantos desenhos adquirir uma aparência estranha e ter em falta a estabilidade necessária?

## § 12

A segunda razão é a seguinte: nenhum político se encontra já em posição de afirmar, de forma positiva, qual a indústria que nos pode levar ao maior ganho nacional, pelo que o legislador acaba por ficar num dilema em relação à direcção para onde deve encaminhar os nossos trabalhadores por meio de regulações.

Quem será tão ignorante – poderão alguns pensar – que não saiba isto? Eu asseguro que não é tão simples como as pessoas pensam. Muitos dos que reflectiram seriamente sobre tais assuntos criaram de facto o seu próprio sistema e classificaram cada indústria numa determinada ordem, mas se compararmos a sua classificação com a de outros, ficaremos chocados com as diferenças que existem entre elas.

Eu acredito que o meu sistema é o melhor, mas quando reparo que toda a gente tem a mesma fé no seu próprio sistema, tenho, como ser racional, de manter as minhas dúvidas sobre toda esta questão, até que seja totalmente examinada.

M. sustenta que a agricultura é melhor, E.S. que o artesanato é que merece essa honra; O.R. prova que é o comércio, e A.G. que o reino deve ser sustentado pela nossa indústria mineira como fonte principal das exportações, etc.<sup>13</sup> Quem, destes todos, está correcto?

---

<sup>13</sup> *M. sustenta que a agricultura é melhor, E.S. que...: Acredita-se que M. representa o fisiocrata francês Mirabeau (1715-1789). E.S. é provavelmente o autor sueco Eric Salander (1699-1764). O.R. é possivelmente o autor sueco Ephraim Otto Runeberg (1722-1770). As iniciais A.G. são tão*

Todos eles são homens iluminados e sérios, e gozam, além disso, da confiança dos seus concidadãos, pelo que demorará bastante tempo até que esta controvérsia esteja resolvida. Entretanto, qual dessas indústrias deve o Poder Soberano seleccionar como sendo da maior utilidade, e para quais delas deve ele atrair mais pessoas para que o reino lucre? E como é que se podem evitar erros nessas circunstâncias?

Em todo o caso, mesmo que esta controvérsia se resolvesse totalmente e um sistema que nela se baseasse direccionasse a maioria das pessoas para a indústria mais lucrativa, conseguiria o legislador dizer, nesse caso, quantos milhares de pessoas deveriam nela trabalhar para aumentar o ganho da nação, bem como dizer que tal regulação teria o efeito desejado dentro destes ou daqueles anos? Poderia acontecer muito facilmente que as pessoas fossem afastadas de outras indústrias e acabassem a produzir um excesso de mercadorias na indústria escolhida, o que levaria à diminuição do seu valor lá fora, causando uma perda significativa para a nação.

### § 13

No entanto, mesmo que fossem capazes de possuir todo o conhecimento necessário a tal feito, o que é completamente impossível, poderia ainda assim ocorrer que aqueles que lidam com esta questão não tivessem boas intenções, o que eu designo como sendo a terceira razão.

Pode facilmente dar-se o caso de terem um interesse pessoal em mover as pessoas para um ou para outro ramo da indústria em particular e que, por conseguinte, argumentem a favor disso. Que aconteceria então, senão que uma mui útil indústria se veria despojada de pessoas, constituindo uma perda irreparável para o reino?

### § 14

Por último, se imaginarmos ter já ultrapassado todos esses obstáculos e adoptado regulações que são idealmente ajustadas ao nosso propósito, alguns eventos inesperados poderão abalar todo este elaborado sistema e transformar

---

comuns que não tentaremos aqui nenhuma identificação – podem corresponder a inúmeros autores suecos e estrangeiros desta época. (Nota da tradução inglesa)

as mais úteis regulações numas totalmente prejudiciais para a nação, o que aparenta constituir uma quarta razão contra elas.

Quantas mudanças nas mercadorias, quantas flutuações no seu valor não experienciamos diariamente? A Providência abre inesperadamente uma fonte de riqueza para a nação que dura algum tempo mas que depois cessa abruptamente e é assim substituída por uma segunda ou terceira de que o ganho nacional depende fortemente. A lei, ainda que otimizada, não irá portanto, de entre as milhares eventualidades possíveis, ajustar-se senão a um único contexto, nomeadamente aquele para o qual foi pensada, e será prejudicial em todos os outros.

E estas são verdadeiramente as razões pelas quais as nossas regulações, apesar de bem-intencionadas, tiveram um efeito tão deletério.

## § 15

Talvez esteja agora na altura de examinar em maior detalhe que tipo de regulações levam à transferência de pessoas de uma ocupação para outra.

De entre elas, destacam-se as que, directa ou indirectamente, oferecem certas vantagens numa ocupação em relação a outra. Isso é feito directamente quando os termos da regulação as incluem expressamente, mas é feito indirectamente quando se torna uma consequência necessária da entrada em vigor da regulação.

Tais regulações incluem assim todos os privilégios económicos, não apenas os exclusivos mas também outros que oferecem alguma vantagem específica a um comerciante, nomeadamente, todas as classes profissionais que são estabelecidas pela lei. A Natureza atribui-lhes, ela própria, a sua classificação, que é a mais fiável; porém, assim que algo lhe é adicionado ou subtraído por via legal, as distorções aparecem, favorecendo certas pessoas mas atrapalhando outras na condução dos seus negócios. Também incluídos estão todos os apoios a produções e exportações, assim como as limitações à liberdade de residência e de negociação em cidades e regiões rurais.

Que mais serão estas senão barragens que concentram pessoas em certos lugares, removendo-as de um lugar e movendo-as para outro, sem que seja possível dizer qual o lugar onde serão mais úteis e aumentar ou reduzir o ganho nacional, tal como foi demonstrado anteriormente?

Quando se permite que a corrente flua uniformemente, cada gota de água está em movimento. Quando não há obstáculos no caminho, todos os trabalhadores competem pelo seu sustento e aumentam, deste modo, o ganho da nação. Através de regulações, as pessoas são concentradas em certos grupos, as oportunidades de mobilidade na indústria são reduzidas e, em cada grupo, surge um pequeno número de pessoas que se destaca da maioria e cujo bem-estar é apresentado como prova da prosperidade de todo o reino.

### § 16

Estas são as barragens que impedem o aumento do número de trabalhadores suecos, embora, como demonstrado em § 4, essa seja a principal base do ganho nacional.

Numa barragem, o peso das camadas superiores de água apoia-se nas mais próximas do fundo, pelo que a estrutura deve ser tanto mais forte e estanque quanto mais abaixo se trata; pois sabe-se, por experiência, que a água junto ao fundo jorra, através da mais pequena abertura, a um ritmo mais rápido do que aquela mais próxima da superfície.

O mesmo se aplica à nossa população. Podemos considerar qualquer ocupação e o número de pessoas nela empregadas.

Se considerarmos os agricultores, escassos serão os exemplos que podemos encontrar de alguém que possua uma grande quinta e que queira emigrar, embora aqueles que esperam herdá-la estejam dispostos a pagar a viagem; mas pode alguém estar igualmente seguro acerca dos camponeses que lá trabalham e dos seus descendentes?

Eu tenho-lhes perguntado frequentemente onde estão os seus filhos, mas tenho recebido respostas lamentáveis da maioria: “Que poderíamos fazer com eles agora em casa? Apenas conseguimos alimentar-nos a nós nesta terra, e com grandes dificuldades, assim Deus o permita. O nosso filho mais velho navegou a rota da Holanda durante alguns anos, mas acabou por ficar por lá e diz-se que agora se está a sair bem. O nosso segundo navega entre cá e a Inglaterra, mas a última vez que o vimos disse-nos adeus para sempre, com intenções de se instalar por lá. O nosso terceiro foi com o exército para a Pomerânia; foi capturado pelo Rei da Prússia, mas quando Deus nos deu paz ele não quis regressar; está agora ao serviço da Prússia e casou por lá. O nosso quarto filho é ainda uma criança e só Deus sabe para onde irá e o que será feito dele.”

Porque é que um pequeno agricultor independente<sup>14</sup> no nosso reino não foge? Porque tem direito de residência. Mas porque é que um trabalhador tem mais probabilidades de o fazer? A resposta é óbvia: porque as regulações não o deixaram instalar-se em lado nenhum.

### § 17

Se considerarmos as nossas associações de artesãos e a quantidade de pessoas que lhes pertence, observamos um pequeno grupo de mestres prósperos que já nem precisam de se sentar nas suas oficinas mas que vivem uma vida de lazer, vestem-se a si e às suas famílias de acordo com a última moda, têm uma mesa decente durante toda a semana, fazem e recebem visitas na maior parte do tempo e têm dez ou doze trabalhadores nas suas oficinas, dos quais seis trabalham por comida e o resto por um punhado de *daler* por semana. O que pergunto é se um homem desses fugiria do país. Desde que a corporação consiga fornecer-lhe trabalhadores e assegure que o número de mestres não se torna excessivo, de tal forma que seja sempre abordado por candidatos a trabalhar e consiga estipular o seu preço, tal certamente não acontecerá.

Mas e os seus criados e aprendizes – como lhes corre a vida? Essa é uma questão mais sensível. Já por algumas vezes ouvi o seu canto de cisne, e há um queixume geral no reino de que emigram para a Prússia e para a Rússia, visto que lá toda a gente pode tornar-se mestre assim que o deseje.

Ora vejam só quão convenientes não são as nossas corporações, que não impedem os filhos de homem pobre de preencher sem qualquer remuneração algumas das vagas assim criadas!

### § 18

Se olharmos para a nossa indústria mineira, logo notaremos que não há muitos donos de metalúrgicas a querer abandonar a Suécia; porém, as queixas de alguns pobres proprietários acerca da falta de capital para gerirem as suas empresas, das fracas vendas e dos controlos de preços, assim como a pobreza que os ameaça, já são um assunto bem diferente.

---

<sup>14</sup> ...um pequeno agricultor independente...: a *yeoman farmer*, na tradução inglesa, corresponde ao termo sueco *odalbönder*, que designava os camponeses livres que cultivavam a sua própria terra. (Nota da tradução inglesa)

Do que é que os ferreiros e trabalhadores da fundição se queixam? Porque é que aqueles trazidos do estrangeiro não ficam por muito tempo, enquanto os que nascem por cá raramente casam e geralmente acabam na pobreza? E como é possível que o negócio de cereais e mantimentos dificilmente seja menos lucrativo para o proprietário da fundição do que a própria produção de ferro? E porque é que os camponeses subordinados à propriedade da fundição apanham com cinzas nos seus campos<sup>15</sup> e contam o mesmo tipo de histórias sobre os filhos que os pequenos agricultores já anteriormente mencionados?

O fabricante certamente anda tão bem vestido com os próprios produtos como qualquer outra pessoa, mas os operários da fábrica de fiação trabalham frequentemente semi-nus, ao passo que outros vagueiam mal vestidos pelas ruas, mendigando e dizendo que são estrangeiros, trazidos lá de fora, que agora desejariam estar de volta à sua terra em vez de ficarem à porta dos outros na Suécia, acabando por morrer na pobreza.

De entre aqueles que abandonam as cidades, esse desejo de escapar raramente afecta abastados e magistrados – mas muito frequentemente atinge pobres e cidadãos mais humildes.

Acredito que mal se oiça falar de capitães ou imediatos de navios que fujam, a não ser por ofensas cometidas num porto estrangeiro, mas não me atrevo a afirmar o mesmo sobre um marujo ou ajudante de cozinha.

Caro leitor! Não vedes agora porque é que a nossa força de trabalho não consegue crescer, e com ela o nosso ganho nacional? Nunca será possível, na minha opinião, evitar este atrito sem que as comportas das barragens se abram.

Quanto menor for a pressão, mais facilmente a água é retida; mas quanto mais curta a coluna de água, menor a pressão, e esta será sempre menor com as comportas abertas.

## § 19

O segundo alicerce do ganho nacional é a diligência dos trabalhadores, isto é, quando o menor número de pessoas produz mercadorias com o maior valor possível.

---

<sup>15</sup> Diz-se que um camponês que esteja às ordens de uma metalúrgica “apanha com cinza nos seus campos” quando ele tem tanto para fazer ao serviço da metalúrgica que, por causa disso, negligencia as próprias culturas, o que leva a más colheitas. (Nota do Autor)

Muitos dos que somente olham para a nossa nação podem facilmente ficar com a impressão de que não lhe falta nada em matéria de diligência, mas devo admitir que já fiquei destroçado por ouvir, da parte de estrangeiros, a acusação de que a nação sueca é preguiçosa em comparação com as outras.

Um comerciante na Holanda senta-se no seu gabinete todas as manhãs, desde as 5 ou 6 em ponto, a gerir os assuntos do seu negócio; veste-se de forma simples e a sua mesa não se enche de refeições sumptuosas; aproveita todas as horas do dia para levar alguma coisa a bom porto; e ridiculariza as vaidades e ares altivos dos franceses.

Um inglês é duro e infatigável no seu trabalho. Um carpinteiro num estaleiro naval inglês trabalha com tanta energia e rapidez que mal se vê o macete na sua mão enquanto trabalha, e completa um navio de guerra em tantos dias quantas semanas os estaleiros reais na Suécia tendem a demorar.

## § 20

Qual é a causa de tudo isto? É a libertinagem dos nossos trabalhadores – poderão alguns opinar – por não serem rigorosamente supervisionados. Vadios, diz-se, vivem na indolência por todo o lado nas nossas regiões rurais. Artífices e aprendizes já não são o que eram. Camponeses e criadas não mexem um dedo a não ser que o patrão esteja em cima deles.

Eu não sei se em algum lado há mais supervisores do que entre nós, mas quem poderá supervisionar alguém enquanto dorme até às 10 horas da manhã? Já ouvi uma plethora de propostas a este respeito sugerindo que, se um inquilino não trabalhar arduamente no terreno que detém, deverá ser açoitado, ou pelo menos expulso dessa propriedade. Na verdade, até já aconteceu alguns serem punidos por não conseguirem abandonar imediatamente a sua antiga fonte de sustento, sem a qual, no início, passariam certamente alguma fome.

Tal gente reconhecerá certamente esta nossa forma de liberdade. Flagelação e liberdade combinadas, que ideia mais estranha!

Não culpemos a nossa nação e o seu carácter particular pela própria inércia; não deitemos as culpas nos costumes corrompidos. Seria, sem dúvida, o mais fácil, mas de pouco serviria ao país. A fonte deste mal deverá ser encontrada noutro sítio.

Quanto mais oportunidades houver numa sociedade para alguns viverem do esforço dos outros e quanto menos se permitir que esses possam gozar do

fruto do próprio trabalho, mais a diligência será destruída; os primeiros tornam-se arrogantes e os últimos desesperados, resultando ambos negligentes.

Esta proposição básica é tão bem fundada e tão firmemente confirmada pela experiência diária e conhecimento da natureza humana, que desafio qualquer um a desmenti-la de forma racional.

Para não afrouxarem passado pouco tempo, o empreendedorismo e a diligência requerem disposição entusiástica e concorrência permanente. Nunca existem sob opressão; porém, quando são encorajados pela liberdade, por uma rápida circulação das mercadorias e por lucros individuais, conseguem ultrapassar essa inércia natural que nunca desaparecerá por meios violentos.

### § 21

As mercadorias nunca são produzidas a não ser que sejam necessárias e que para elas haja procura. As necessidades revelam-se a si mesmas; são diversas e, por conseguinte, geram automaticamente ocupações e produtos que são depois vendidos a quem deles necessita. Se aqueles que precisam de comprar um bem são impedidos de o fazer, este permanece nas mãos do produtor – torna-se um fardo para ele e é estampado com um carimbo negro que diz: *Trabalho e suor desperdiçados*.

Isto representa um golpe para a diligência; é a corda que amarra as mãos do trabalhador atrás das costas e a poção que gera cidadãos maus e sonolentos.

Nenhuma nação consegue ser diligente enquanto esse carimbo permanecer nos seus produtos, e este nunca poderá ser removido até que os bens possam ser produzidos por quem assim o desejar e vendidos a quem deles necessitar.

Não citarei, como prova disto, o exemplo de outros países: a pátria serve como testemunho irrefutável, que invocarei ainda mais ousadamente, visto que a sua condição é por demais familiar e não é provável que alguém consiga tê-la em consideração sem lamentar as suas adversidades.

A diligência sueca lembra uma colheita num campo mal cultivado. Aqui e ali, alguns rebentos crescem exuberantes, mas a maioria murchou e quase não compensa a sementeira.

### § 22

Em Västergötland, o artesanato e a tecelagem são diligentemente exercidos: ali, um homem velho não se envergonha de se sentar numa roda de fiar; facas,

tijelas, pratos, fitas, sinos, tesouras e outros produtos estão disponíveis a preços mais favoráveis do que em qualquer outro local.<sup>16</sup> Qual é a causa disso? Os habitantes dessa província têm o direito de viajar até onde desejarem para vender os seus produtos. Lá, a cidade de Borås permite há muito tempo a venda ambulante pelo reino fora. Isto significa liberdade para ir, de quinta em quinta, comprar e vender bens a outras pessoas.

Como nenhuma outra província do reino possuiu alguma vez tal liberdade, duvido que também alguma outra possa demonstrar tanta diligência como a que existe entre os seus habitantes. Fica portanto claro que, ali, ou foi a diligência que criou liberdade, ou a liberdade diligência.

Há alguns anos atrás, grandes quantidades de cadeiras e rodas de fiar foram produzidas em Västerbotten, Hälsingland e Västernorrland<sup>17</sup>, tendo sido as primeiras vendidas por entre 9 e 12 *daler* a dúzia, e as últimas por entre 6 a 9 *daler* cada. Hoje em dia, devido a certas proibições contra as suas vendas, a maioria dessas produções fechou, e parece que os habitantes desses locais irão em breve ter de comprar tais produtos a outros.

Ao longo da costa de Ostrobothnia, as pessoas são activas tanto no verão como no inverno; mas 30 a 40 milhas suecas<sup>18</sup> para o interior, onde não existem cidades, a ocupação da maioria durante o inverno é dormir e cortar tantas tochas quantas precisam para se iluminarem. Como não há compradores para esses produtos, nenhuns são produzidos para venda.

Na zona de Pori (Björneborg), Rauma (Raumo) e Uusikaupunki, os camponeses são incansáveis na carpintaria. O trabalhador está já a laborar fortemente à uma ou às duas da manhã, produzindo todo o tipo de recipientes de madeira ao longo do inverno, e é assim capaz de os vender a um preço mais razoável do que qualquer outro na Finlândia, apesar de muitos outros terem melhores acessos, não apenas a recursos florestais ao longo da costa, mas também a colaboradores especializados no seu ofício. Vamos estabelecer a razão

---

<sup>16</sup> Västergötland é um município no sudoeste da Suécia, conhecido pela tradição na produção têxtil. (Nota da tradução inglesa)

<sup>17</sup> Västerbotten, Hälsingland e Västernorrland são três municípios no norte da actual Suécia. (Nota da tradução inglesa)

<sup>18</sup> Uma antiga milha sueca (*mil*) correspondia a 10 688 m, tendo sido fixada em 10 000 m desde que o sistema métrico foi introduzido, em 1889 (*fonte*: <http://www.hhogman.se/>). (Nota da tradução)

disto. É completamente impossível que tal diligência pudesse ter surgido e ter-se mantido sem liberdade para exportar.

As cidades acima mencionadas têm desfrutado, já há algum tempo, do direito de navegar pelo Mar Báltico com mastros, ripas e recipientes de madeira. As cidades mercantis têm, frequentemente, tentado privá-las desse privilégio, embora sem êxito até ao momento; tais cidades abastecem agora não só vários locais estrangeiros com esses bens a um preço moderado, mas até mesmo, em certa medida, Estocolmo, de tal forma que anularam quase toda a concorrência.

No entanto, se a proibição tivesse sido conseguida, as vendas ter-se-iam inevitavelmente reduzido e, conseqüentemente, na mesma medida, também a produção. Produção reduzida leva inevitavelmente a desemprego e carestia; e tivesse alguma vez sido possível que outras cidades impedissem essas vendas, ou que tais cidades<sup>19</sup> limitassem os trabalhadores na sua liberdade de produzir, seria tão certo como dois mais dois serem quatro que não só Estocolmo teria de pagar mais por recipientes de madeira do que antes, como também essas cidades veriam encolher os negócios e o país a população e o rendimento, de tal forma que o reino seria despojado dos seus ganhos.

### § 23

Veja! Eis a chave para a diligência e para o lucro. Se se abrir a porta ao lucro através da liberdade de escolha e de negociação, dentro de alguns anos todos os homens estarão empregados; por outro lado, se tal não acontecer, a nação irá, inevitavelmente, e apesar de todas as outras medidas, tornar-se tão sonolenta como era dantes, com inclinação para dormir em plena luz do dia.

Por certo terá de haver liberdade, pensará o leitor, mas não sem ordem. Devemos cuidadosamente distinguir entre negócios urbanos e rurais e não permitir que agricultores se dediquem a outras actividades, levando à negligência da agricultura. Bem dito! Verdadeiramente de acordo com a moda de hoje em dia! Só estipularia mais uma coisa, com o maior respeito: nomeadamente, que quem quer que assuma esta tutela despótica sobre o agricultor, e o prenda exclusivamente ao solo, também tente assegurar, como verdadeiro pai, que ele não morre de fome quando a agricultura não conseguir alimentar família. Se tal não for possível, é melhor largar o burro de carga a

---

<sup>19</sup> *tais cidades*: correspondem a Pori, Rauma e Uusikaupunki. (Nota da tradução inglesa)

pastar, procurando livremente o próprio alimento, do que prendê-lo a um poste e deixá-lo ali ao abandono por umas semanas, pois é demasiado tarde para aprender um ofício quando já não há mais comida.

Restringir os negócios no interior é impedir o crescimento da população e todo o desenvolvimento rural, e proibir o artesanato e o comércio é inibir a actividade das cidades antigas e o aparecimento de novas.

Um curtidor talentoso instalou-se no interior do país, a muitas milhas suecas da cidade mais próxima, e serviu camponeses e aristocratas com cabedal de primeira categoria; entretanto, foi proibido pela cidade mercantil mais próxima de exercer o seu ofício onde se encontrava, e ordenaram-lhe que se mudasse para a cidade. O sistema era bom; mas ele, que vivia bem no interior, tornou-se um pobre desgraçado na cidade, e mais de mil peles têm agora de ser desperdiçadas todos os anos devido a práticas descuidadas. Ora! Isto dificilmente conduz ao aumento do ganho nacional.

## § 24

Aquela parte da nossa legislação que trata do comércio rural<sup>20</sup> merece especial atenção. Não é permitido que um comerciante viaje pelo país e venda os seus produtos, nem que um agricultor compre algo aos seus vizinhos que depois possa levar para o mercado da cidade, ou fornecer-lhes, em troca, quaisquer produtos que possa trazer da cidade.

A não ser que um vizinho esteja disposto a tornar-se seu agente, o agricultor terá ele mesmo de fazer o trajecto de dois ou três dias até à cidade, muitas das vezes apenas por uma pederneira ou um punhado de tabaco, e talvez durante a época mais intensiva da colheita. Quem, então, pagará esta viagem? Se fosse permitido ao seu vizinho fazer este pequeno negócio com os bens de que mais

---

<sup>20</sup> *Aquela parte da nossa legislação que trata do comércio rural...*: a chamada *landsköp* ou *landthandel* (compra no campo), ou negociação de agricultores entre si, era em princípio proibida, e foi-o pelo menos desde 1538. Em vez disso, os agricultores eram obrigados a transportar os seus produtos para as cidades, de forma a colocá-los no mercado. A legislação incluía também a disposição segundo a qual os agricultores tinham de pagar um imposto ao entrarem na cidade (a chamada pequena portagem). Esta existiu até 1810. As últimas restrições ao comércio rural foram levantadas em 1846 e 1864 na Suécia e em 1859 na Finlândia. (Nota da tradução inglesa)

necessita, o agricultor evitaria esta perda de tempo; mas como tal foi proibido, as culpas da perda de tempo só podem ser atribuídas à própria regulação.

Devo lamentar que a regulação não tenha sido escrupulosamente obedecida; mas também acredito, com a mais firme convicção, que tal violação da lei salvou pelo menos um quarto da nação de uma existência desoladora.

Não é possível aqui discutir, de forma exaustiva, assunto tão importante. Pretendo somente encorajar o leitor a pensar um pouco sobre o tema.

Tanto Savo (Savolax), como Häme (Tavastland) e Karelia<sup>21</sup> se encontram longe de qualquer cidade. Cereais e mantimentos são os seus produtos, em troca dos quais os habitantes obtêm, na cidade, sal e outros bens necessários. Os mais abastados compram cereais e mantimentos aos seus vizinhos, que ou não possuem cavalos ou simplesmente não podem levar, eles próprios, os seus produtos até à cidade, e em troca trazem-lhes de lá os bens de que necessitam.

Ninguém aceita ser agente de pessoas pobres, nem ninguém é capaz de lidar com 50 ou 60 fregueses. Se este comércio rural não existisse, o país ver-se-ia privado dos seus produtos e os pobres desperdiçariam a vida com fome e sem ocupação. Se não existir procura para as mercadorias, a produção irá estagnar completamente. Qual será então o ganho nacional?

## § 25

Conheço um camponês que vive a umas 5 milhas suecas da cidade mercantil mais próxima e que, para além de outros tipos de negócios rurais, compra no outono gado de engorda, num raio de muitas milhas suecas em seu redor, e leva anualmente três ou quatro manadas até à cidade, com 20 ou 30 animais cada.

Por lei, ninguém para além do açougueiro pode andar pelo país fora a comprar gado, pelo que todos são obrigados a levar os próprios animais até à cidade. Poucos são os que têm mais do que um ou dois animais para vender, os quais têm de ser guiados por duas ou três pessoas, tantas quantas o comerciante rural necessita para a viagem inteira.

Cada uma dessas duas ou três pessoas perde quatro ou cinco dias na viagem à cidade durante a época alta da debulha, pelo que a caminhada custa-lhes oito a dez dias de trabalho, muitas vezes apenas por uma pequena cabeça de gado

---

<sup>21</sup> Savo, Häme e Karelia são três municípios finlandeses. (Nota da tradução inglesa)

bovino, reduzindo assim o lucro em 4 ou 5 *plåtar*<sup>22</sup> e causando a negligência de trabalho agrícola essencial. Nada pode assim ser mais certo que um camponês preferir comer o próprio boi do que consumir metade do seu valor em custos de viagem.

Se as regulações do comércio rural fossem respeitadas, a cidade perderia também, desta forma, 50 ou 60 cabeças de gado graúdo por ano só deste negociante, e possivelmente nem 10 bois das suas várias manadas chegariam à cidade, nem os seus vizinhos estariam inclinados a aumentar o próprio gado. Quem sabe se estas ou outras regulações, que são vistas pela maioria como triviais, não serão a principal causa da escassez de cereais e outros mantimentos de que se reclama no reino?

Não vou certamente defender que um agricultor deva ausentar-se da quinta para fazer negócios. Preferiria que os burgueses, que na sua maioria têm imenso tempo para o fazer, especialmente durante os invernos, assumissem a tarefa de servir o interior em redor das cidades, saíndo os próprios, ao mesmo tempo, com isso beneficiados.

No entanto, como as nossas cidades não o permitem, parece-me que desejam ser vistas como pais da nação, que dizem aos filhos para se reunirem à sua volta nas suas cadeiras, de forma a poderem pôr a comida na boca de cada um à vez. Oh, tempos difíceis! Quando a criançada já dá ordens à mãe e o filho deseja tomar o lugar de seu pai.

## § 26

Um negociante que desfrute de liberdade comercial expande os horizontes do seu negócio tanto quanto possível; ocupa-se continuamente em promover as suas mercadorias de forma vantajosa. Se tentar obter ganhos excessivos, atrairá concorrência que lhe tira uma fatia dos lucros e protege os cidadãos da extorsão arbitrária. Em vez disso, cada um deverá então contentar-se com um lucro mais baixo em cada uma das mercadorias e depender, para o seu sustento, de as despachar o mais rapidamente possível.

---

<sup>22</sup> *Plåtar* é o plural de *plåt*, que significa placa. Após 1715, um *plåt*, que era uma placa de cobre, valia o mesmo que dois *daler* em moedas de prata (fonte: <https://www.riksbank.se/globalassets/media/forskning/monetar-statistik/volym1/2.pdf>). (Nota da tradução)

As taxas de juro irão então cair; por conseguinte, as pessoas enveredarão naqueles negócios inferiores que não podem ser considerados ou explorados quando as taxas de juro estão altas, por serem menos lucrativos. De uma forma muito simples: monopólios, especulações cambiais e o conseqüente prejuízo nacional nunca poderão surgir a não ser que sejam protegidos por leis; mas podem muito bem manter-se, assim que estejam enraizados.

Devido a uma distinção peculiar entre cidades mercantis e não-mercantis, os estrangeiros são impedidos de obter mercadorias e pagar por elas em dinheiro num grande número de portos. Estas têm de ser oferecidas aos habitantes das cidades mercantis; se estes não pagarem pelas mercadorias, estas não terão mercado. A diligência perde muitos dos incentivos, a produção diminui e o dinheiro começa a sair do país. Que grande ganho para a nação!

### § 27

O Decreto Mercantil<sup>23</sup> retirou aos estrangeiros qualquer vantagem em visitar as cidades mercantis mais pequenas, pois lá não conseguiam escoar carregamentos inteiros dos seus produtos e não lhes era permitido levar em troca variedades de outros bens. Poucas dessas cidades eram capazes de carregar sequer um único navio com as próprias exportações, pelo que estas teriam de ser vendidas nas cidades mercantis de maior dimensão. Holandeses e ingleses deixaram de ter permissão para lhes fornecer sal, e não compensava navegar em balastro até Portugal para obtê-lo, pelo que teriam, também, de ir comprá-lo às maiores cidades mercantis.

Não é impressionante como o comércio do resto do reino se recolheu para umas quantas localidades? A designação de cidades mercantis foi de facto mantida, mas para muitas delas a vantagem, na verdade, perdeu-se.

Não obstante, o nosso comércio teria prosperado razoavelmente bem se os estrangeiros tivessem, ainda assim, podido negociar livremente nas maiores cidades, desafiando os interesses instalados através da concorrência. Porém, não lucraram muito com isso, visto que foram totalmente excluídos do negócio do sal que se encontrava, então, concentrado nas mãos de uns quantos cidadãos. Estes detinham o poder de decidir se abasteciam ou não o reino, assim como o preço a que o fariam.

---

<sup>23</sup> *Commodity Ordinance*, na tradução inglesa. (Nota da tradução)

Assim, o número de compradores das nossas exportações reduziu-se. Os produtos ou permaneciam nas mãos dos produtores ou eram vendidos com perda aos exportadores. O prejuízo forçou muita gente a deixar as suas propriedades, que inevitavelmente caíram nas mãos dos exportadores, ou então a tornar-se tributária dos mesmos.

De forma a corrigir esse mal, foi fundada a Associação de Metalúrgicos<sup>24</sup>, que serviria para avançar com empréstimos aos donos de ferrarias mais pobres, quando o preço do ferro caísse; já se tal medida beneficiou os mais pobres ou os mais abastados, trata-se de mero conhecimento comum.

Quando as notas e cheques começaram a ser usados, o dinheiro metálico começou a verter para o Banco. Aí, as importações não podiam ser pagas em espécie nem esta podia ser exportada para pagar por elas; tudo tinha de ser feito através da troca de letras de câmbio<sup>25</sup> por exportações, as quais, para todo o comércio da Coroa e do reino, só eram realizadas por alguns indivíduos, que tinham assim o controlo total sobre as letras de câmbio. A liberdade comercial estava portanto reprimida, e não estou seguro de que se deva simplesmente culpar os indivíduos por isso. As coisas estavam organizadas de forma tal que a liberdade acabaria sempre por se perder.<sup>26</sup>

“Se César e Pompeu”, diz Montesquieu, “tivessem pensado como Cato, sem dúvida que outros teriam, pelo contrário, pensado como César e Pompeu.” E diz também: “Quando se atribui títulos honoríficos, sabe-se exactamente o que se está a dar; mas se a isso também se adicionar poder, nunca se saberá quão longe ele poderá ser levado”.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> *Ironmasters' Association*, na tradução inglesa. (Nota da tradução)

<sup>25</sup> As letras de câmbio ou letras comerciais são títulos de crédito de operações de comércio, através das quais um credor (denominado sacador da letra) ordena ao devedor (denominado sacado da letra) que pague, numa determinada data de vencimento da letra, uma quantia definida ao legítimo portador da letra. (*fonte*: <https://www.infopedia.pt/>). (Nota da tradução)

<sup>26</sup> *Quando as notas e cheques começaram a ser usados...*: note-se aqui a interpretação de Chydenius; ver *Anders Chydenius' life and work / The Diet of 1765-6* em <https://chydenius.kootutteokset.fi/en/the-diet-of-1765-6/>. (Nota da tradução inglesa)

<sup>27</sup> *Se César e Pompeu...*: as citações são da obra “Considerações sobre as Causas da Grandeza e Decadência dos Romanos” (*“Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence”*, 1734) de Montesquieu, cap. 11. Chydenius cita aqui a tradução sueca *Herr*

## § 28

Leis, proibições, regulações e classificações mercantis bem poderiam então ser criadas de forma a ratificar esse poder. A atenção de outros comerciantes ficaria limitada a certas mercadorias, certas localidades e certos períodos e, fora isso, iria empobrecê-los e privá-los do seu sustento, acabando também por empobrecer o mundo rural em seu redor.

É estranho que alguém queira dissociar o Decreto Mercantil de tais consequências inevitáveis. A Casa dos Burgueses<sup>28</sup> não previu que conduziria a escassez e preços elevados? A previsão cumpriu-se; e, quando a angústia geral surgiu, viu-se que a solução consistia em suspendê-lo; no entanto, continua a dizer-se: a nação lucra com o Decreto Mercantil.

Imagine-se que queremos desenvolver um processo movido à força da água; já vimos que começa a operar quando a barragem está aberta, mas afirmamos que funciona melhor com ela fechada. Não será a destruição da indústria e o empobrecimento dos cidadãos um caminho demasiado árduo para atingir um ganho para a nação?

## § 29

Nós queixamo-nos das consequências mas não vamos à fonte de onde surgem. Sempre que alguém fala em comércio livre, a resposta é: não devemos confundir tais questões do foro privado com questões gerais ou nacionais. Nem sei bem o que dizer: ou não lemos nada ou pensamos muito pouco.

Não é a nossa nociva obsessão com as letras de câmbio o maior entrave ao comércio que poderia existir? Haverá, portanto, alguma outra solução

---

*Montesquieus Tankar öfwer orsakerne til de romares wälde och fall*, Estocolmo, 1755. (Nota da tradução inglesa)

<sup>28</sup> *Estate of Burghers*, na tradução inglesa. Até 1865, o parlamento sueco era constituído por quatro “Casas” (*The Riksdag of the Four Estates* – em sueco, *Ständsriksdagen*), nomeadamente a Casa da Nobreza, a Casa do Clero, a Casa dos Burgueses e a Casa dos Camponeses, que deliberavam em câmaras separadas, tinham os próprios porta-vozes e mantinham minutas das reuniões, mas dialogavam umas com as outras de tempos a tempos. Uma resolução requeria o assentimento de três das quatro Casas para passar, sob o princípio da maioria. A Casa dos Burgueses consistia em 80 a 90 membros que representavam várias cidades da Suécia e Finlândia. Os burgueses eram artesãos, comerciantes, etc. das várias cidades do reino (*fonte: <http://www.hhogman.se/swedish-riksdag-history.htm>*). (Nota da tradução)

concebível que não seja o estabelecimento do comércio livre?

Existem essencialmente duas formas de atingir esse fim em particular: a primeira é quebrar o poder daqueles que têm exercido, sem respeito pelas pessoas, a tirania das letras de câmbio, de forma a que não sejam capazes de fazer mais nada. Se é tarde demais para isso, fica patente que o Estado cedeu em demasia e se vê obrigado a tremer perante as armas que colocou, ele próprio, nas mãos deles. Quando se perde o poder, é-se obrigado a um comportamento submisso.

A segunda é repelir as regulações que, seja de que maneira for, inibam o comércio e destruam a indústria. Se todos tivessem o direito e a oportunidade de negociar pessoalmente com estrangeiros, não seriam tantos a precisar de pagar tributo aos exportadores de forma a obter letras de câmbio; e obrigá-los por lei e com juramentos a cobrarem um preço razoável, na esperança de assim trazer algum alívio ao país, é, a meu ver, construir castelos nas nuvens.

Ambas são indispensáveis. A última será inútil a não ser que seja precedida da primeira, e a primeira não servirá de nada se as regulações se mantiverem em vigor, pois outros irão inevitavelmente tomar o lugar dos anteriores, e fará pouca diferença para a nação que o homem que exerce poder arbitrário se chame César ou Octávio. Já será mau o suficiente, uma vez perdida a liberdade!

Com o intuito de domar uma taxa de câmbio instável, essas medidas, por mais simples que possam parecer, são as únicas que serão eficazes e sem as quais não se deve esperar qualquer alívio.

Todos concordam que aumentar as exportações e a quantidade de moeda em circulação serve para reduzir a taxa de câmbio. As primeiras nunca poderão ser aumentadas sem comércio livre, e eu não conheço outro método de criação de riqueza que não seja através do comércio internacional. Se este ficar nas mãos de apenas alguns indivíduos, eles irão necessariamente manter o mesmo tipo de Gabinetes de Letras de Câmbio<sup>29</sup>, ainda que com nomes diferentes, o que terá o mesmo efeito na taxa de câmbio.

---

<sup>29</sup> *Exchange Bill Offices*, na tradução inglesa, refere-se a um grupo de comerciantes influentes, que durante os anos 1747-56 e 1758-61 foram contratados pelo Estado, com auxílio financeiro deste, para tentar aumentar o valor do dinheiro sueco. Na prática, isto foi feito contraindo empréstimos no estrangeiro e usando o dinheiro para emitir letras de câmbio lá fora. As suas operações em 1758-61 falharam completamente e contribuíram para a derrota do *Hat Party* nas eleições para a

Todas as transacções domésticas e mesmo as operações financeiras mais subtis que não expandam o comércio internacional são, a meu ver, tão inúteis como teorias abstractas sobre máquinas de movimento perpétuo ou um moinho de água que se mantenha em movimento, por si próprio, dentro de um poço.

O seu inventor pode desenvolvê-las o máximo que quiser. Irão, eventualmente, acabar por parar. E mesmo ele, que fez os cálculos mais apurados, irá por fim verificar que, quando a sua proposta for aplicada, toda a operação resultará em nada mais do que transferir algo de uma mão para a outra.

### § 30

É costume acreditar-se que, sempre que uma nova indústria é criada na qual pessoas possam ter emprego, a produção constitui um ganho para a nação, independentemente de pagar ou não, de forma adequada, aos trabalhadores.

Consideramos que as pessoas que são recrutadas não recebiam nada antes, nem nada eram capazes de receber, mesmo que alguém que constantemente se sustentou a si e à sua família na ocupação anterior, sem pedinchar nem roubar, ganhasse mais do que ganha na nova ocupação, onde o salário mal chega só para ele, e a mulher e os filhos têm de deambular pelas ruas, vivendo do rendimento dos outros.

É deveras vantajoso para um povo conceber novas indústrias, pois entre elas pode estar uma que, por acaso, seja mais lucrativa do que qualquer das anteriores e que, por conseguinte, aumente o ganho da nação. Mas manter um negócio a funcionar com base em apoios ou em restrições a outros cidadãos irá, infalivelmente, produzir uma perda para a nação.

O argumento de que mais pessoas se conseguirão sustentar se os negócios se multiplicarem não é aplicável neste caso, pois não é de forma alguma o seu número que aumenta o ganho da nação, mas sim o valor da produção, mesmo que fosse apenas um único negócio. Enquanto a terra estiver em pousio, as

---

*Diet* em 1765. Muitos responsabilizaram as pessoas que fizeram parte das operações dos Gabinetes de Letras de Câmbio pelo estado deplorável da economia do reino sueco. Inicialmente, Anders Chydenius também tinha esta visão, estando na altura sob forte influência do seu padrinho intelectual, Anders Nordencrantz. Ver *Anders Chydenius' life and work / The Diet of 1765-6* em <https://chydenius.kootutteokset.fi/en/the-diet-of-1765-6/>. (Nota da tradução inglesa)

ferrarias não tiverem trabalhadores e as oficinas estiverem vazias, os esforços para estabelecer ainda mais negócios são, a meu ver, supérfluos.

Isto lembra-me a moral da fábula de Esopo<sup>30</sup> sobre o cão que viu, na água, o reflexo de um pedaço de carne e que, tentando lançar-se sobre ele, acabou por perder o que já trazia do talho. Aquele que tudo quer, tudo perde.

Também não considero como argumento válido dizer-se que o trabalho é geralmente assumido por pessoas recrutadas no estrangeiro. Se eles foram atraídos, com custos públicos elevados, para trabalhar numa ocupação menos lucrativa, então milhares deles teriam vindo, sem a mínima despesa para o Estado, se simplesmente fosse permitido que se sustentassem livremente da melhor forma que conseguissem, ou seja, que procurassem o negócio no qual aumentariam ao máximo o ganho real da nação.

Tendo os estrangeiros chegado, a boa política exige que se faça o melhor uso possível do seu trabalho; e isso acontece, infalivelmente, no negócio que proporciona a maior recompensa para quem nele participa, mas não, certamente, onde têm de ser alimentados à custa do Estado e do público. O primeiro procuram espontaneamente, mas nos últimos não se mantêm de livre vontade, antes apenas sob coerção, acabando por empobrecer como recompensa por terem imigrado.

### § 31

Este conceito de ganho nacional, por mais crítico que possa parecer das recentes medidas, é, na realidade e em si mesmo, o mais simples e inócuo.

Prevê a liberdade de exercer quaisquer ocupações legais, desde que não seja às custas dos outros. Protege os negócios mais frágeis da opressão, promove a diligência e desimpede o caminho do empreendedorismo.

Pesa todos os negócios na mesma balança, fazendo do lucro a verdadeira bitola para a decisão de qual deve preferir.

Poupa ao Poder Soberano milhares de preocupações incómodas, regulações e missões de supervisão, quando o lucro privado e o ganho nacional se juntam num único propósito, e o nocivo interesse próprio, que se tenta sempre esconder

---

<sup>30</sup> *Fábula de Esopo*: Esopo foi alegadamente um escravo e contador de estórias que viveu na Grécia por volta de 620 a 560 a.C. (Nota da tradução inglesa)

por detrás de uma ou outra regulação, pode assim ser efectivamente controlado pela mútua concorrência.

Garante a um sueco o gozo do seu maior e mais precioso direito natural, o qual lhe foi outorgado, como ser-humano que é, pelo Todo-Poderoso: nomeadamente, o de ganhar a vida da melhor maneira que conseguir com o suor do seu rosto.

Deixa de sustentar a indolência daqueles que hoje, devido aos privilégios, podem dormir dois terços do tempo. Todos os modos de vida são bloqueados; e ninguém, a não ser o diligente, é capaz de prosperar.

Levará a uma desejada redução dos nossos processos judiciais. As muitas regulações e respectivas explicações, isenções e aplicações que, de algum modo, inibem os negócios, tornar-se-ão inúteis e desaparecerão – e assim, uma vez revogada, uma lei deixará de poder ser infringida.

### § 32

Eu sei que estas novidades vão agradar apenas a uma minoria dos meus leitores. No entanto, têm-me entretido tanto que sinto que é também meu dever oferecê-las ao público, entre o qual não tenho dúvidas de que haverá alguém que honestamente partilhará deste meu prazer.

A incerteza sobre qual a melhor forma de ajudar o nosso país levou-me a pensar sobre este assunto e, como cidadão sueco livre, era minha obrigação entender as leis da pátria. Comparei-as umas com as outras, mas não encontrei nelas o aspecto que tende a emergir das instruções de um mestre prudente, nomeadamente de que devem ter um propósito.

Ouçõ queixas sobre a emigração e também constato muitas medidas que a promovem. Até podemos querer promover a indústria, mas colocamos obstáculos no caminho do homem diligente que é capaz de se sustentar. Enquanto afirmamos que a prosperidade do país precisa de ser promovida, proibimos uma província inteira de comprar pão para si, com o mero pretexto de prevenir o contrabando. Exige-se a obediência às ordens do Governo, mas são tantas as que foram dadas ao longo dos últimos séculos que mesmo advogados têm imensa dificuldade em encontrá-las, para além de incluírem algumas que dificilmente poderiam ser observadas sem causarem miséria.

Queixamo-nos de ter défice comercial, mas impedimo-nos uns aos outros, o máximo possível, de vender as mercadorias aos estrangeiros. Queremos

expandir o comércio, mas tentamos restringi-lo a 15 ou 20 indivíduos. Somos espremidos ao máximo por uma elevada taxa de câmbio, mas procuramos, por todos os meios, restringir os compradores de letras de câmbio ao mínimo de vendedores de letras possível, que por si mesmos já exercem um controle absoluto sobre a taxa de câmbio.

Esforçamo-nos para aumentar o ganho nacional, mas empregamos o povo em trabalho onde mal ganham para comprar o pão e água do dia-a-dia. Planeamos reduzir os processos judiciais e aumentar o cumprimento das leis, mas multiplicamo-las diariamente, ao ponto de até um juiz ter grande dificuldade em encontrá-las na legislação, e de nem um em cada cem estar ciente das suas obrigações. Diga-me então, benevolente leitor, a que é que isto, em última instância, vai dar?

Pela minha parte, apenas posso fazer eco do cínico Lisidor<sup>31</sup>:

*“De tudo o que aqui ouço, tenho os pensamentos numa trapalhada:*

*Apesar de tantas luzes, tropeço ao longo da estrada.*

*O ruído e as discussões, apenas me deixam mais confuso;*

*E apesar de sueco saber, tudo o que ouço me parece difuso.”*

### § 33

Tentei, de todas as formas, analisar um único pequeno ramo da indústria e esboçar mentalmente as regulações que lhe deveriam ser aplicadas, mas em todo o lado me deparei com obstáculos insuperáveis, quando não fui iludido pela minha parcialidade, e fui assim incapaz de progredir, em particular pelas razões elencadas em § 11 e seguintes.

Ao consultar precedentes históricos, de imediato observei que, quanto maior foi a liberdade permitida num negócio, mais rápido foi sempre o seu crescimento e vice-versa, e quanto mais equitativamente essa liberdade foi distribuída, mais naturalmente os negócios atingiram um equilíbrio mútuo.

A maneira com que outros Estados lidam com os negócios ensinou-me, igualmente, que a liberdade sempre acabou por ser a medida do seu nível de

---

<sup>31</sup> *Lisidor*: refere-se ao poema “Aquele que despreza o Mundo” (“*Wärldsföraktaren*”), de Gustaf Fredrik Gyllenborg (1731-1808), e ao seu principal personagem, Lisidor. O poema foi publicado em 1762 numa colecção de poesia contemporânea, *Witterhets arbeten, utgifne af et samhälle i Stockholm*, vol. 2, Estocolmo, 1762. (Nota da tradução inglesa)

desenvolvimento. Para onde quer que tenha olhado, no entanto, vi o interesse próprio tão enraizado nas regulações, que em todo o lado era difícil – e na maioria dos locais totalmente impossível – erradicá-lo.

Quanto mais de perto comecei a medir os nossos negócios no que toca à liberdade de que desfrutam, mais me parecia ver a possibilidade de os reanimar; libertei-me da minha ansiosa perplexidade sobre as vantagens relativas dos negócios e das muitas regulações que os governam: um problema, estou bastante convencido, que ultrapassa em muito a perspicácia do homem, mas que a própria natureza tão facilmente resolve.

Uma única medida, nomeadamente esta de sermos capazes de reduzir o número de regulações, tornou-se desde então o tema de investigação que me absorveu; e recomendá-la-ia fortemente como a principal e mais significativa a considerar antes de que quaisquer novas sejam agora promulgadas.

Encontrar alguns colaboradores para tal esforço é o propósito essencial deste pequeno tratado. Adversários não me preocupam minimamente. A verdade que eu tenho procurado é tão agradável que já estou satisfeito por meramente ter podido descrevê-la aos meus concidadãos: é imutável e destemida, mesmo quando as ondas a encharcam na sua rebentação. Consegue, em benefício próprio, suportar ser enterrada sob o cascalho com que as furiosas ondas a cobrem; e apesar de tudo, mantém-se firme e inalterável.

*“Verdade, ó verdade, os teus raios brilhantes reluzindo*

*Penetram a pedra mais dura:*

*É só tua a virtude pura;*

*A duplicidade do Homem diminuindo,*

*Tudo definindo,*

*A cada um de nós concedes a sua.”<sup>32</sup>*

---

<sup>32</sup> *Verdade, ó verdade, os teus raios brilhantes reluzindo...: o verso é do poema “O Poder da Verdade” (“Sanningens styrka”) de Olof von Dalin (1708-63), originalmente incluído na peça de Dalin “O Ciumento” (Den afwundsiuke, Comedie i tre öpningar, Estocolmo, 1739) e publicado postumamente em Olof von Dalins Witterhetsarbeten, i bunden och obunden skrifart, vol. 3, Estocolmo, 1767. (Nota da tradução inglesa)*

INSTITUTO +LIBERDADE, 2021

[info@maisliberdade.pt](mailto:info@maisliberdade.pt)

**NOTA**

O conteúdo do presente documento pode ser partilhado e reproduzido para fins de uso pessoal, científico ou pedagógico, devendo obrigatoriamente incluir devida referência aos indivíduos nele mencionados e ao Instituto +Liberdade. Qualquer outra reprodução, nomeadamente para exploração comercial, republicação ou alteração, é estritamente proibida sem a permissão do Instituto +Liberdade e dos seus autores, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.

A menos que tal seja expressamente indicado, os pontos de vista dos autores do presente documento não são necessariamente, em toda a sua abrangência, os do Instituto +Liberdade.